

NOVO ENSINO MÉDIO: PERSPECTIVA E DESAFIOS

Autor (1) Juliane Falconieris Santos Oliveira; Orientador (2) Efraim Matos.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

juliane.falconieris@hotmail.com; efraimmat@gmail.com

Resumo: A educação brasileira já passou por diversas reformas, desde a introdução dos primeiros processos sistematizados de ensino, até os seguimentos contemporâneo. Diante disso, a educação nos dias atuais aparece em meio a um discurso político como meio de mobilização no contexto das transformações sociais, tornando-se necessárias mudanças no contexto escolar. Perante as novas mudanças ocorridas recentemente na educação básica, esse trabalho vem apresentar as perspectivas atuais da educação brasileira, voltando-se para discussão da nova proposta de reforma na estrutura do Ensino Médio. A nova proposta já causou diversas discussões, desde a sua anúncio, até a sua aprovação em fevereiro deste ano. O intuito da investigação consisti em conhecer o quão os professores compreendem sobre reforma e qual o posicionamento dos mesmos sobre o tema. O trabalho traz a proposta de aplicar um questionário qualitativo, não estruturado, com professores do Ensino Médio da rede de Ensino Federal e Estadual da cidade de Ipanguaçu/RN. A investigação pretende abranger ao máximo o público alvo, para que o estudo contribua de forma significativa para o avanço da educação. Ao aplicar um questionário qualitativo, deixa-se aberto as respostas dos professores, o que irá ajudar nas discussões. As perguntas que totalizam oito, foram classificadas de acordo com o que se pretendia investigar, e organizadas no quadro. Para facilitar a compreensão dos resultados, no decorrer do trabalho organizamos um quadro com os principais levantamentos da investigação. O objetivo do questionário é promover discussões proveitosas sobre as mudanças do Ensino Médio, esclarecendo assim a opinião dos principais envolvidos nessa mudança da educação.

Palavras-chave: ensino médio, educação-brasileira, reformas.

INTRODUÇÃO

Compreender a trajetória da educação básica no Brasil é uma parte essencial da formação dos docentes. Com isso, se faz necessário uma contextualização no campo econômico, social e político, retomando brevemente o histórico da educação no país. No instante em que ensino e a aprendizagem passaram a serem planejados e formalizados, foram necessárias mudanças na sua sistematização. Com isso, no atual momento está aberta a discussão sobre as novas reformas na educação básica, mais precisamente no ensino médio.

O ensino médio ao longo dos anos passou por diversas modificações, e atualmente com a proposta da nova reforma, fica evidente a discussão do tema novamente. Com a reformulação do ensino médio, a partir da visão da gestão política do governo vigente, fica evidente a questão da não

compreensão sobre os objetivos do ensino médio como sua totalidade, deixando assim lacunas a serem preenchidas, nessa última etapa da educação básica.

Como confirma Melo (2016), várias foram as tentativas ao longo das décadas para a compreensão do verdadeiro sentido do ensino médio e muitas foram às propostas políticas. Questionamentos como: “Teria essa etapa da educação o papel de formar seus estudantes para o acesso ao ensino superior? Ou será que seria a formação cidadã voltada ao mundo do trabalho?”.

Ainda não se chegou a um denominador comum, quanto a sua finalidade. Diante das críticas e discussões estabelecidas nesse contexto atual, esse trabalho apresenta uma perspectiva da recente reforma do ensino médio brasileiro, fazendo uma breve introdução no contexto da educação no Brasil, até a atual reforma.

Conforme Melo (2016), para entendermos um pouco as discussões acerca do ensino médio faz-se necessário analisar os processos de reformas instituídas pelo poder público ao longo do tempo. Um período importante para o compreendermos esse assunto, foi a década de 1930, que consolidaria o debate sobre os rumos da educação básica brasileira a partir do conflito ideológico de dois projetos educacionais distintos, essas discussões envolviam

[...] os grupos dos renovadores da educação, os “pioneiros”, na defesa da escola pública, laica, gratuita e obrigatória e os “conservadores” representados pelos educadores católicos, que defendiam a educação subordinada à doutrina religiosa (católica), diferenciada para cada sexo, o ensino particular, a responsabilidade da família quanto à educação, etc. (NASCIMENTO, 2007, p.80).

Foi nesse período, num contexto de reorganização política e institucional, que uma nova Constituição foi aprovada, apenas em 1946, impregnada por perspectiva ideológica liberal e democrática. Surge também nesse período a primeira Lei de Diretrizes Básicas (LDB) brasileira, esta teve longa e problemática tramitação. No período entre 1946 a 1957 houveram discussões, arquivamento, perda e reconstituição de documento. E somente em 29 de maio de 1957, foi que a Câmara Federal fez a primeira discussão sobre o projeto da LDB (LOMBARDI, 2014).

Somente a partir daí, no ano de 1959, no clima desenvolvimento é que a proposta de uma escola capaz de formar mão-de-obra técnica de nível médio interviu no papel de ensino público para a escola sob os domínios diretos de mercado de trabalho.

No cenário político em que se passou os anos seguintes de 1964 e 1985, compreendido como a Ditadura Militar, a educação estava em última instância, vinculada organicamente ao modelo econômico que acelerou, de forma autoritária, o processo de modernização da economia brasileira. Nesse período houve um aumento de matrículas na educação básica, entretanto poucos foram os recursos e investimentos para formação docente, ou seja, sem se preocupar com a qualidade ofertada. Esse breve momento histórico deixou marcas profundas na educação brasileira entre elas, a prática de expandir sem qualificar.

Apenas com o surgimento da nova LDB de 1996, que houve instituição na Política Educacional Brasileira. A LDB teve consideráveis ganhos para o cidadão, instituindo aos estados e municípios os seus orçamentos e manutenção, desenvolvendo assim o ensino público.

Na década de 1990, com a aprovação da Lei n. 9.394/96, o ensino secundário recebeu a denominação de ensino médio, não obrigatório, destinado aos jovens de 15 a 17 anos egressos do ensino fundamental, e passou a contar com uma estrutura curricular única em todo o território nacional (MELO; DUARTE, 2011, p. 232).

Após a promulgação da Lei nº 9.394, de 1996, que atribuiu ao ensino médio estatuto de última etapa da educação básica, ainda é notória a ausência de políticas públicas voltadas especificamente a garantir o direito à educação básica, que só se completa com a conclusão do ensino médio (COSTA, 2013).

O ensino médio no Brasil foi implantado com intuito de preparar para o ensino superior. A natureza estritamente propedêutica e com oferta limitada perdurou até 1930, quando se instalou no País a necessidade de impulsionar o desenvolvimento nacional e, com ele, a escolarização atrelada à profissionalização. Vislumbram-se dois contextos: de um lado, um ensino de natureza propedêutica, objetivando o ingresso nas universidades, e, de

outro, uma escola média articulada com a preparação para o trabalho (COSTA, 2013, p. 186).

A partir de gestões políticas, foram criadas normas, desenvolvidos programas e medidas em relação ao ensino médio e à educação profissional dando ênfase à melhoria desses tipos de ensino. “No período que compreende o primeiro governo Lula (2004 a 2007), o Decreto n. 5.154/04 readmitiu ao conjunto das escolas médias no país a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional” (MELO; DUARTE, 2011, p. 234).

Em maio de 2011, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou parecer que estabelecia novas diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio no Brasil. A medida é apresentada como uma atualização das diretrizes de 1998, entendida como necessária diante das diversas mudanças ocorridas na legislação relativas ao ensino médio nos últimos anos, bem como das transformações em curso na própria sociedade, no mundo do trabalho (MOEHLECKE, 2012).

Assim, para Kuenzer (2010), universalizar o ensino médio com qualidade social pressupõe ações que visem a inclusão de todos no processo educativo, com garantia de acesso, permanência e conclusão de estudos com bom desempenho; respeito e atendimento à diversidade socioeconômica cultural, de gênero, étnica, racial e de acessibilidade, promovendo igualdade de direitos; e o desenvolvimento da gestão democrática.

O objetivo do trabalho é expor, a percepção de docentes perante a essa nova mudança apresentada pelo presidente da República, Michel Temer e seu ministro da educação, Mendonça Filho, governo atual. Pretendemos utilizar assim, de uma investigação através de questionário sobre o tema com os professores da rede pública de ensino da cidade de Ipanguaçu/RN.

METODOLOGIA

Para a escolha da ferramenta de pesquisa que será utilizada para desenvolver este trabalho, foram feitas buscas de instrumentos de investigação, que permitissem expressar de forma clara a opinião/entendimento dos professores, a respeito do tema.

Diante disso, escolhemos trabalhar com questionários qualitativos pois, não se preocupa com representatividade numérica e sim na compreensão de um determinado grupo social. Isso facilita a interpretação dos dados acerca da opinião dos investigados. Além disso, como bem destaca

Gerhardt, et al, (2009, p. 34), “não tenta controlar o contexto da pesquisa, e sim, captar o contexto da pesquisa”.

Para este trabalho optou-se por questionários abertos e individuais, como uma maneira natural de aproximação da investigação qualitativa, o que permite e obriga desenvolver uma investigação não estruturada, que permite cambiar e reformular as suposições ou hipóteses (GOLDENBERG, et al, 2003). Esse tipo de pesquisa permite, em outras palavras, uma “forma específica de conversação que se estabelece para fins de pesquisa, que favorece o acesso direto ou indireto às opiniões” (FRASER, 2004, p. 2).

A investigação será realizada com professores da cidade de Ipanguaçu/ RN, nas duas escolas que possuem o ensino médio, uma com Ensino Médio Regular, da rede Estadual e a outra com Ensino Médio e Técnico Integrado da rede Federal de Ensino. Os questionários foram feitos visando serem aplicados abrangendo a maior quantidade possível de docentes.

Cada questionário contém oito perguntas subjetivas (Anexo I), com o objetivo de saber o quão os professores já conhecem sobre a reforma e qual o posicionamento dos mesmos sobre, apesar do tempo decorrido após a divulgação da reforma, é imprescindível a elaboração de tal estudo, de maneira a contribuir na qualidade do ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para entrar nessa discussão sobre a percepção dos professores é necessário saber um pouco acerca das mudanças propostas pelo governo federal. O site do Ministério da Educação (MEC), explica de maneira objetiva a reforma do ensino médio e as mudanças que ocorreram.

Estando entre elas a flexibilização da grade curricular, uma vez que esse novo modelo permitirá ao estudante escolher a área de conhecimento em que aprofundará seus estudos, dentre outros pontos importantes. Levando em consideração tais pontos, segue abaixo de forma esquematizada o que se pretende com cada elemento do questionário.

Dos questionários

As perguntas pretendem identificar o conhecimento dos docentes e, conseqüentemente, seu posicionamento diante das mudanças. No quadro abaixo se encontram as perguntas, que compõem o questionário, agrupadas de acordo com o que se pretende com determinado questionamento. Cada pergunta tem um objetivo, sendo assim, o questionário foi dividido em tópicos, para facilitar a

compreensão da pesquisa como um todo. Os resultados obtidos serão agrupados por semelhança e divergências de informações, de acordo com o quadro apresentado.

Quadro 1 – Relação de agrupamento de perguntas em relação aos objetivos pretendidos.

Conhecimento prévio dos docentes sobre o tema discutido.	A percepção dos docentes acerca do posicionamento político da proposta.	Interesse em conhecer os impactos causados na vida do aluno e consequentemente na vida dos docentes.
<ul style="list-style-type: none"> • <i>O que você conhece e qual sua opinião sobre a proposta do Novo Ensino Médio?</i> • <i>A respeito dos profissionais que já atuam. Compreende como ficará a divisão da carga horária dos mesmos?</i> • <i>Profissionais com notório saber poderão dar aula na parte comum do currículo? Como será a formação de professores e a estrutura do currículo?</i> • <i>Você conhece quais as principais diretrizes do novo Ensino Médio?</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Por que o Novo Ensino Médio foi adotado por medida provisória?</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>A adoção de período integral é sinônimo de melhoria e rendimento?</i> • <i>Quais os impactos e reflexos sobre a sua cidade?</i> • <i>Você acredita que todas as escolas oferecerão todas as cinco formações complementares? Como isso impactará a vida do aluno?</i>

Fonte: OLIVEIRA, 2017.

CONCLUSÃO

Compreender a importância da discussão sobre o Novo Ensino Médio, contribui de maneira pertinente para a formação de todos os cidadãos. Portanto, a intenção do trabalho, é percebermos que a educação no ensino médio, merece uma atenção especial, já que passou por tantas reformas ao longo do tempo, porém continua com lacunas a serem preenchidas.

Ao aplicar o questionário com perguntas abertas, sobre os três objetivos apresentados no quadro (Conhecimento prévio dos docentes sobre o tema discutido; A percepção dos docentes acerca do posicionamento político da proposta; Interesse em conhecer os impactos causados na vida do aluno e conseqüentemente na vida dos docentes), pretendemos deixar claro a opinião dos professores, e a partir dos resultados obtidos com o questionário contribuir para uma discussão saudável sobre a reforma. Dada à importância do assunto, torna-se necessário a discussão constante, visando contribuir para um ensino médio adequado para todos em seu contexto social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Gilvan Luiz Machado. **O ensino médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente.** R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, jan./abr. 2013.
- FRASER, Márcia Tourinho Dantas. GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa.** Universidade Federal da Bahia, Paidéia, 2004.
- GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GOLDENBERG, P. MARSIGLIA, RMG. GOMES, MHA. **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. ISBN 85-7541-025-3.
- KUENZER, A. Z. **O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida?.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, nº 112, p. 851-873, 2010.
- LOMBARDI, José Claudinei. **EDUCAÇÃO E NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO (1946-1964).** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 56, p. 26-45. 2014 - ISSN: 1676-2584.
- MELO, Wallace. **As reformas do ensino médio: considerações históricas, educacionais e políticas.** Contee. 2016. Disponível em: <<http://contee.org.br/contee/index.php/2016/09/as-reformas-do-ensino-medio-consideracoes-historicas-educacionais-e-politicas/>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

- MOEHLECKE, Sabrina. **O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações.** Universidade do Rio de Janeiro Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012.
- NASCIMENTO, Manoel Nelito M. **Ensino médio no Brasil: determinações históricas.** Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, jun. 2007. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/download/2812/2097>. Acesso em: 28 set. 2017.



ANEXO I

ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA

Pesquisa sobre a proposta do Novo Ensino Médio

Esse questionário faz parte de uma pesquisa realizada para estrutura de um trabalho de conclusão de curso de Especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, do IFRN- campus Macau. Com o intuito de colaborar na informação e na formação de docentes.

QUESTIONÁRIO

Idade: _____

Sexo: _____

Formação Acadêmica: _____

Disciplina(s) que ministra: _____

1. O que você conhece e qual sua opinião sobre a proposta do Novo Ensino Médio?
2. A respeito dos profissionais que já atuam. Compreende como ficará a divisão da carga horária dos mesmos?
3. Por que o Novo Ensino Médio foi adotado por Medida Provisória?
4. Profissionais com notório saber poderão dar aula na parte comum do currículo? Como será a formação de professores e a estrutura do currículo?
5. Você conhece quais as principais diretrizes do novo Ensino Médio?
6. A adoção de período integral é sinônimo de melhoria e rendimento?
7. Quais os impactos e reflexos sobre a sua cidade?
8. Você acredita que todas as escolas oferecerão todas as cinco formações complementares? Como isso impactará a vida do aluno?